



A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Dra. Maria Lúcia Fattorelli, que fez palestra em Manaus, fala sobre a destinação do orçamento nacional
Pág. 9



SINDICATO ANDES NACIONAL
Central Sindical e Popular - CONLUTAS

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical/ANDES - SN

Greve

Campi do interior fazem mobilizações diárias

Assim como na capital, docentes de Humaitá, Coari, Benjamin Constant, Parintins e Itacoatiara decidem em assembleias setoriais a adesão à greve com calendário de atividades. **Pág. 5**



Nacional

Nova diretoria do Andes-SN toma posse no 57º Conad

O encontro, realizado de 21 a 24 de junho, em Parnaíba (PI), contou também com a leitura da Carta de Parnaíba, documento que destaca a história de lutas da cidade-sede e a atualizou os planos de lutas geral e setoriais. **Pág. 3**

Mês marcado pela greve de ocupação dos professores



Deflagrada no último dia 17 de maio, a greve dos professores da Ufam ocorre após sete anos. A paralisação é considerada histórica, por ter a adesão de 55 universidades do País e apoio dos estudantes, além de manter um calendário com ações diárias. Confira nas páginas 6 e 7.



Editorial

Há mais de 40 dias de sua deflagração, a greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) se consolidou como um dos mais fortes movimentos paredistas dos últimos anos. A participação de mais de 50 seções sindicais do ANDES-SN, além de outras IFE que não fazem parte de nossa base sindical, conferiram uma legitimidade social inquestionável à greve.

A cada momento, diversos setores da sociedade, entidades sindicais, parlamentares, mídia se somam ao lado de nossa luta. A firme determinação do setor estudantil combativo e da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra) em deflagrar greve, como de outros setores do funcionalismo público federal, expõe o limite da tolerância perante a atitude autoritária e irresponsável do governo diante das justas reivindicações dos funcionários públicos federais, que desempenham um papel importantíssimo na garantia do exercício da cidadania para milhões de brasileiros.

É disto que fala este jornal da ADUA. Nele retratamos diversos momentos da nossa luta pela conquista de uma carreira docente devidamente valorizada e por condições dignas de trabalho para os que vivem do magistério superior. Recuperamos instantes cruciais e até emocionantes que vem permeando a greve. Entre eles, a manifestação dos estudantes ao final da carreato e o acampamento destes na UFAM, a vigília por negociações imediatas, a passeata organizada pelos discentes da Faculdade de Medicina, os atos públicos realizados nas unidades acadêmicas fora de Manaus.

Não obstante celebrarmos a força do movimento paredista, não podemos deixar de registrar que vários conflitos ocorrem nesse processo como, por exemplo, a persistência de professores em dar aulas nos cursos de graduação e pós-graduação ou em programas especiais, como o PARFOR. E tudo isso, em franco desrespeito ao que foi aprovado tanto pela Assembleia Geral dos Docentes, realizada no dia 15 de maio, quanto pelo Conselho Universitário da Ufam, no dia 29 de maio, quando determinou a suspensão do calendário acadêmico a partir de 17 de maio, cuja decisão contou com o apoio da ampla maioria dos conselheiros.

A greve é forte. A luta é agora!
Boa leitura.

Notas

Retaliação

Na primeira semana após a deflagração da greve, os professores foram surpreendidos com uma ação de retaliação. Com o slogan da paralisação: “Nós, professores da Ufam, estamos em greve por tempo indeterminado”, uma faixa, que havia sido afixada na entrada do Campus Universitário da Ufam, foi encontrada rasgada na manhã da segunda-feira, dia 21, quatro dias depois do início da paralisação dos professores. “Entendemos isso como tentativa de ameaça ao Comando Local de Greve. Isso é antidemocrático e um atentado político. A greve é um direito constitucional, não vamos esdurecer por essas atitudes de repressão”, declarou o presidente da Adua, Antônio Neto.

Mais vagas na Ufam?

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou, à revelia da Ufam, mais 128 vagas para o curso de Medicina da instituição, sendo 80 para a unidade acadêmica de Coari e o restante para o campus Manaus, conforme publicação do Diário Oficial da União, do dia 8 de junho. Mas, a disponibilização de mais vagas não se apresenta como um ganho real para a sociedade amazonense, pois a política do governo federal de expansão do acesso ao ensino superior não vem acompanhada de condições adequadas

para a educação de qualidade na universidade pública. Faltam professores concursados, salas de aulas, laboratórios, equipamentos, livros, para não citar outros problemas. Vide a situação atual dos estudantes que já fazem esse curso na Ufam. Por isso, professores e alunos da Faculdade de Medicina repudiaram essa suposta “expansão”, em atos públicos recentes em Manaus. Agora, cabe à universidade recusar a oferta. No mínimo!

Aprovado 10% do PIB

A reserva de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação foi aprovada no último dia 26 de junho pela comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o tema. O índice era o ponto mais polêmico do Plano Nacional de Educação (PNE), documento que define metas e estratégias para o setor no período de dez anos. Após a decisão, o texto pode seguir para o plenário da Casa, caso solicitado por congressistas e, depois, enviado ao Senado Federal. O projeto encaminhado pelo Executivo há dois anos previa 7% do PIB para o setor. O relator da matéria, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) sugeriu o percentual de 8%, mas deputados da oposição e entidades ligadas à Educação pressionaram por uma reserva de 10%. Hoje, o Brasil destina cerca de 5% do PIB para o setor. “Não foi um diálogo fácil, porque

a área financeira e o país passam por um momento de reconstrução”, disse o peitista sobre a negociação do percentual.

Parfor suspenso

Em uma das reuniões mais “acaloradas” desde que a greve foi deflagrada, o Comando Local de Greve (CLG) da Ufam reafirmou, último dia 25 de junho, que o Programa de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) – atividade de ensino da instituição – não se configura como atividade essencial, conforme definição da Lei nº 7783/89, a “Lei de Greve”. Na avaliação da categoria, o Parfor deve ser suspenso enquanto durar o movimento paredista dos professores federais e em observância à decisão do Conselho Universitário (Consuni) da Ufam, que suspendeu o calendário acadêmico há quase um mês.

A resistência em suspender as atividades do Parfor por parte dos coordenadores e de alguns docentes se deve, em especial, por dois motivos: por ser um programa realizado apenas nas férias acadêmicas e pelos custos logísticos, por se tratar de uma atividade realizada no interior do Estado. “Esse é um argumento que não se sustenta face a grandeza de propósito da nossa greve. Além disso, tudo pode perfeitamente reprogramado com o mínimo e prejuízo”, disse o presidente da Adua e integrante da CGL, Antônio Neto.

charge



Fale conosco

Professor e professora do campus de Manaus e dos campi do interior, contribuam para o jornal da Adua produzindo artigos, resenhas de livros e DVDs e sugestões de pautas. Sua participação é fundamental para um jornal plural. Entre em contato conosco pelo e-mail:

imprensa.adua@gmail.com

www.adua.org.br



O jornal da **adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN.
Diretoria: Antônio (Neto) Pereira de Oliveira (presidente), Ronney da Silva Feitoza (1º vice-presidente), Tharciso Santiago Cruz (2º vice-presidente), José Alcimar de Oliveira (1º secretário), Lucas Milhomens Fonseca (2º secretário), José Humberto Michiles (1º tesoureiro) e Luiz Fábio Silva Paiva (2º tesoureiro).
Jornalista responsável: Lídia Ferreira (SRTE-AM 398)
Reportagem: Anderson Vasconcelos (SRTE-AM 459), Lídia Ferreira (SRTE-AM 398) e Daisy Melo (SRTE-AM 219) **Projeto Gráfico e Arte:** Herivaldo da Matta (Kuca)

Fotografias: Anderson Vasconcelos, Lídia Ferreira, Daisy Melo, Lucas Milhomens, Andes-SN
Impressão: Gráfica Silva. 2000 exemplares.
Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103
e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)
Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroadó, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas. Site: www.adua.org.br

Conselho Nacional

Nova diretoria do Andes toma posse no 57º Conad, no Piauí

Durante quatro dias, docentes de diversas partes do país estiveram reunidos em Parnaíba (PI), para o 57º Conselho Nacional do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). O encontro abriu com a posse da diretoria que estará à frente do Sindicato Nacional no biênio 2012-2014 e encerrou após a leitura da Carta de Parnaíba.

O documento destaca a história de lutas, com ampla participação popular, da cidade sede do encontro. A carta segue avaliando as questões trabalhadas durante o 57º Conad, que atualizou os planos de lutas geral e setoriais do ANDES-SN, aprovou as contas do sindicato, discutiu a participação do Sindicato Nacional na CSP-Conlutas e ainda concluiu um ciclo de atualização do Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN

para a Universidade Brasileira, com a aclamação do texto-documento de Ciência e Tecnologia. “Foi um Conad marcado por todo esse clima de greve e contou com a participação de representantes de três setores: das universidades federais; das estaduais, que também têm instituições em greve; e ainda das particulares, com destaque para a questão do assédio moral que os docentes da rede privada têm sofrido no seu processo de organização”, disse, o 2º tesoureiro da Adua, professor Luiz Fábio Paiva.

O docente, eleito em assembleia geral da categoria para representar a Adua no Conad, informou que, em curto prazo, um dos encaminhamentos do Sindicato Nacional é a intensificação da greve nos três setores do ensino superior. “Inclusive, ainda este ano, deve ocorrer um encontro

inter-setorial para articular as estratégias de ação do movimento”, afirmou. Paiva adiantou ainda que o Andes-SN pretende, conjuntamente com as suas seções sindicais, adotar ações “para o fortalecimento e enraizamento da Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas) na base da categoria”.

Em sua fala de encerramento, a nova presidente do Andes-SN, Marinalva Oliveira ressaltou que o evento traduziu o revigoramento e disponibilidade de luta dos participantes, reflexo da disposição na base. “Isso se deve à política acertada, que está em curso com a aprovação dos planos de lutas dos setores no 31º Congresso. Mesmo realizando um Conad objetivo, pudemos fazer discussões importantes sobre a greve em, com foco na intensificação da mobilização e na discussão sobre carreira na base”, finalizou.

CARTA DE PARNAÍBA

O 57º CONAD do ANDES-SN, convocado pela Diretoria e sediado pela ADUFPI - S. Sind., contando com a participação de 44 delegados, 54 observadores de 46 Seções Sindicais e 2 convidados, realizou-se em Parnaíba, no Piauí, no período de 21 a 24 de junho de 2012. A cidade de Parnaíba situa-se às margens do rio Igaraçu e é conhecida por suas belezas naturais, tendo como destaque o Delta do Parnaíba, um dos únicos do mundo em mar aberto. A cidade de Parnaíba é emblemática por suas lutas, com ampla participação popular. Ela foi o local de onde partiram os defensores da independência para enfrentar os portugueses na Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. Símbolo de resistência, desde a emancipação da condição colonial, nela mantém-se, até os dias atuais, o espírito de luta e a continuidade do processo emancipatório diante das grandes oligarquias e em direção a uma sociedade justa e igualitária.

Tendo como tema “Defesa da Universidade Pública e do ANDES-SN: Autonomia, Democracia, Financiamento e Condições de Trabalho”, o 57º CONAD analisou a conjuntura mundial e nacional com destaque para as consequências da crise econômica que repercutem diretamente na vida dos trabalhadores, com ataques aos direitos sociais e repressão aos movimentos de resistência. Em resposta a esses ataques, tem surgido uma onda de mobilizações e greves, como a vigorosa greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino - IFES, em defesa de sua carreira, de condições de trabalho e de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Nessas instituições cresce o movimento de grevista dos estudantes e dos técnico-administrativos, evidenciando, para toda a sociedade, as precárias condições da expansão do ensino superior sob o modelo do REUNI que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade e das condições de trabalho. O 57º CONAD realiza-se em meio a uma forte mobilização da educação federal e também de universidades estaduais – UERN e UERJ. Foi ressaltada, ainda, a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o reconhecimento do ANDES-SN como representante dos docentes do ensino superior, reafirmando a sua legitimidade política e jurí-

dica. Assim, o sindicato vê-se reconhecido legalmente, o que fortalece a luta e se soma ao mais importante que é a legitimidade que lhe conferem os seus milhares de sindicalizados e inúmeras organizações sindicais e entidades sociais.

Na abertura do evento ocorreu o ato de posse da Diretoria, biênio 2012-2014, eleita em eleição direta e democrática. A nova diretoria assumiu com o compromisso de dar curso à condução do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso do sindicato e que o 57º CONAD atualizou.

O 57º CONAD, também, aprovou a prestação de contas do Exercício 2011 do ANDES-SN e a previsão orçamentária para o Exercício de 2012. Discutiu e atualizou os planos de lutas da educação, direitos e organização dos trabalhadores e dos setores das Instituições Estaduais de Ensino – IEES, Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES, das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e das Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES. Aprovou as diretrizes para a definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia, como parte da atualização do Projeto do Sindicato para o Ensino Superior - Caderno 2. Para enfrentar as consequências nefastas da implementação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP foi indicada a necessidade do aprofundamento do debate e de esclarecimentos junto à base da categoria sobre a irreversibilidade da adesão ao fundo, com a confecção de uma cartilha informativa e, ainda, a realização do XVII Encontro Nacional do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria, no segundo semestre de 2012. Em relação à saúde e condições de trabalho, foi aprovada a realização de estudos exploratórios sobre a saúde do docente, diante do quadro alarmante de adoecimento gerado pela intensificação do trabalho. O 57º CONAD deliberou encaminhar às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32º Congresso do ANDES, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas na perspectiva de sua

consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos; Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação à CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados.

Em relação ao setor dos docentes das IEES-IMES, foi aprovada a realização do X Encontro Nacional, com o objetivo de fortalecer e unificar a luta e subsidiar as seções sindicais nas discussões sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais. No que diz respeito ao Setor dos docentes das IPES, as perseguições e demissões dos docentes têm crescido aceleradamente como consequência das grandes fusões dos grupos econômicos. Nesse sentido foi aprovada a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato. Quanto aos docentes do Setor das IFES, foi discutido e reafirmado o plano de lutas aprovado no 31º Congresso do ANDES-SN, o qual está em plena aplicação na forte greve, que ocupa centralidade na conjuntura e que legitima e fortalece o sindicato.

A conjuntura e seus possíveis desdobramentos indicam a necessidade de ampliação do enraizamento do ANDES-SN. Para tanto, será de fundamental importância, o trabalho de suas Secretarias Regionais, como também uma maior unificação dos seus três setores que estarão reunidos, ainda em 2012, e por deliberação do 57º CONAD, no VI Encontro Nacional dos três setores.

O 57º CONAD foi um evento conciso e objetivo, o que demonstra a atualidade e justiça do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso. O 57º CONAD concluiu o seu trabalho traduzido no revigoramento da disposição de luta de seus participantes, reflexo da coragem e determinação dos milhares de professores que estão mobilizados em todo o país.

Parnaíba, 24 de junho de 2012

Serviços

Tire suas dúvidas sobre a greve docente

1 A greve no serviço público é legal?

SIM. O texto original do art. 37, inc. VII da Constituição de 1988 assegurou aos servidores públicos civis o direito de greve, a ser exercido nos termos de lei complementar.

Como a Lei Complementar não foi elaborada, o STF definiu que a greve no serviço público deve se orientar pela Lei 7783/89 (LEI DE GREVE), adequando-a.

2 O servidor (docente) em estágio probatório pode fazer greve?

SIM. Mesmo sem estar efetivado, o servidor em estágio tem todos os direitos dos demais. Portanto, pode exercer o direito constitucional de greve. O estágio probatório é meio de avaliar a aptidão para o cargo e o serviço público. A avaliação deve ser feita por critérios objetivos. A participação em greve não representa falta de habilitação para a função pública nem inassiduidade. Não pode prejudicar a avaliação. O servidor em estágio probatório não pode ser penalizado pelo exercício de seu direito constitucional de greve.

3 O professor (visitante e/ou substituto) pode ser punido por participar de greve?

NÃO, segundo a Assessoria Jurídica do ANDES-SN, pela leitura dos dispositivos, da Lei nº 8.745, de 9.12.93, que dispõe sobre a “contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, constata-se que inexistente qualquer referência à punição dos docentes substitutos e visitantes no que se refere à greve. Ora, como algumas regras da Lei nº 8.112/90 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos – são também aplicáveis aos docentes substitutos e visitantes, não há que se falar em possibilidade de puni-los pelo exercício de greve, portanto também inexistente previsão legal para a punição dos servidores efetivos.

4 O servidor (docente) pode ser punido por ter participado da greve?

NÃO. A simples adesão à greve não constitui falta grave. A greve é direito constitu-

cional dos servidores e foi recentemente regulamentada pelo STF. Não há espaço para punição de servidor por aderir ao movimento grevista. O que pode ser punido é só o eventual abuso ou excesso cometido durante a greve. Por isso, o movimento grevista deve organizar-se a fim de evitar tais abusos e assegurar percentuais mínimos, manutenção dos serviços essenciais e atendimento das necessidades inadiáveis.

cional dos servidores e foi recentemente regulamentada pelo STF. Não há espaço para punição de servidor por aderir ao movimento grevista. O que pode ser punido é só o eventual abuso ou excesso cometido durante a greve. Por isso, o movimento grevista deve organizar-se a fim de evitar tais abusos e assegurar percentuais mínimos, manutenção dos serviços essenciais e atendimento das necessidades inadiáveis.

5 Os dias parados são descontados?

EM TERMOS. Via de regra, o pagamento

dos dias parados tem sido objeto de negociação durante a própria greve. Essa é a melhor alternativa. O STF estabeleceu que a greve dos servidores também “suspende o contrato de trabalho”. Em decorrência, os salários não seriam pagos. Porém, deverão sempre ser pagos quando “a greve tenha sido provocada justamente por atraso no pagamento e outras situações excepcionais”.

6 Por que o Sindicato deve registrar a frequência durante a greve?

Dentre as precauções do movimento, está o comparecimento dos grevistas ao local de trabalho durante a greve, o cumprimento do horário. Assim, mesmo que não vá trabalhar, é recomendável o registro de um “Ponto Paralelo”. Essa medida poderá auxiliar na discussão do pagamento dos dias parados.

7 O que pode ser considerada atividade inadiável ou essencial?

Para o STF, serviço público não pode ser interrompido por completo. Deve funcionar minimamente em todos os setores e um pouco mais nos serviços essenciais. Já as necessidades inadiáveis identificadas em cada serviço essencial devem ser preservadas. As necessidades inadiáveis são aquelas que “não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”.

Fonte: Respostas tiradas da Cartilha da Greve no Serviço Público, elaborada pela FENAJUFE e Anexo-Circular nº 120/2012-ANDES-SN. Todas com base na legislação vigente no país.



Inadiáveis

Atividades essenciais continuam a funcionar durante a paralisação

Mesmo tendo sido deflagrada há mais de um mês, a greve dos professores federais ainda provoca dúvidas quanto à manutenção das atividades essenciais, definidas pela Lei nº 7783/89, a “Lei de Greve”, de 28 de junho de 1989, como ações inadiáveis que, caso não atendidas, “coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”. Com base nesse conceito e na ausência de uma lei específica que regulamente a greve do funcionalismo público, a Comissão de Ética e Essencialidade do Comando Local de Greve (CLG), da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) adotou uma série de medidas para facilitar o atendimento às essencialidades enquanto durar o

movimento paredista. Na seção do CLG disponível na página eletrônica da Adua (www.adua.org.br) é possível baixar e preencher o “Formulário para Solicitação de Atividade”, criado pela Comissão de Ética e Essencialidade como instrumento oficial para responder às demandas que chegam diariamente ao Comando Local de Greve. “Com o formulário, teremos condições de responder de forma mais rápida às solicitações, pois ele esclarece sobre as atividades que são essenciais, com informações necessárias para o julgamento da comissão”, disse a integrante do CLG, professora Ana Cristina Oliveira.

No formulário, é necessário informar a categoria da atividade, sua descrição e



A Comissão de Ética e Essencialidade do CLG faz a análise dos pedidos

justificativa. “O próprio solicitante já faz a triagem das informações ao preencher o documento e envia pelo e-mail clg.essencialidade@gmail.com. Não precisar imprimir o arquivo, ligar para a comissão ou ir até a sede da ADUA buscar esclarecimento”, explicou a docente. Na dúvida, no site também é possível confe-

rir o “Esclarecimento sobre o preenchimento do Formulário” ou ainda o “Comunicado” da comissão.

De acordo com o balanço da Comissão de Ética e Essencialidade, desde a deflagração da greve até o dia 25 de junho foram respondidos 114 de um total de 118 pedidos encaminhados.

LÍDIA FERREIRA

Greve

Em Humaitá, docentes protestaram nas ruas



Greve no interior foi decidida em assembleia



Em Coari, uma das atividades foi a passeata

Mobilização intensa nos cinco campi do interior do Amazonas

Os cinco campi da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) avaliam o primeiro mês de greve como positivo. Com apoio da comunidade estudantil, a paralisação em Coari, Parintins, Itacoatiara, Benjamin Constant e Humaitá tem contado com 100% de adesão dos professores. Assembleias Gerais, passeatas, carreatas e atividades artístico-culturais têm feito parte do calendário oficial dos Comandos Locais de Greves dos municípios.

Em Coari, uma das atividades executadas pelos professores durante a greve tem sido visitas regulares às rádios. “Conseguimos efetivar a greve com calendário de atividade renovado semanalmente, com ida às rádios, inclusive às comunitárias, que são os principais meios de comunicação no interior, o que nos ajuda a levar as informações para a comunidade acerca da pauta de reivindicações”, disse o coordenador do CLG do município, Charles Falcão. Segundo ele, a resistência inicial de parte dos docentes foi vencida com a suspensão do calendário acadêmico.

Na Ilha Tupinambarana, os 70 professores do campus estão paralisados. “Desse total, 80% tem participado ativamente das atividades da greve”, informou o representante do CLG de Parintins, Lucas Milhomens. Desde a deflagração da greve no dia 17 de maio, o calendário oficial da paralisação segue uma série de atividades, sendo algumas fixas como a Assembleia Geral nas segundas-feiras; reunião de análise de conjuntura da greve na terça-feira; às quartas-feiras tem o “cine greve” com exibição de filmes com temática política; a participação, nas quintas-feiras das atividades do “Articulação Parintins Cidadã”, movimento social solidário à paralisação dos docentes, e às sextas-feiras,

a realização do “Sarau Etilico Revolucionário”, atividade cultural com a participação de bandas de artistas locais.

Em Itacoatiara, diversas atividades de mobilização também foram realizadas ao longo de um mês da greve como uma passeata e exibição da palestra sobre Orçamento Público da Dívida Cidadã, da doutora Maria Lúcia Fattorelli. Todos os quase 80 docentes do campus do município aderiram à paralisação e cerca de 20 têm participado das atividades. “Os alunos também apoiaram o movimento, mas como a maioria deles não são de Itacoatiara, eles voltaram para suas cidades de origem até para economizar com aluguel”, disse a representante do CLG do município, Welma Silva. Segundo ela, atividades como estágios supervisionados estão parados, mas as pesquisas continuam.

Em Humaitá, 43 dos 74 docentes do campus estavam presentes na As-

Assim como na capital, professores da Ufam das unidades do interior também estão em greve

sembleia Geral que deflagrou a greve. Durante um mês de paralisação foram realizadas no município carreatas; passeatas; ato público na praça; palestras sobre a história do movimento estudantil e código de ética do servidor público federal e visita a câmara dos vereadores. “Essa última atividade acarretou a agilidade na doação do terreno da casa do estudante”, disse a representante do CLG de Humaitá, Ana Nogueira. Segundo a professora, o campus está esvaziado. “O grande problema em relação à realização do movimento grevista é que grande parte dos docentes demonstra que é o comando que deve

fazer a greve e adere à paralisação na sua sala. Neste sentido tem sido cansativo para o comando tomar a responsabilidade de manter as atividades para o Campus não esvaziar de discentes e docentes”, declarou.

No município de Benjamin Constant, a adesão à greve foi confirmada por 20 votos favoráveis e apenas sete contra. Esse total de docentes presentes na Assembleia Geral representa 50% do número de docentes desse campus da Ufam no interior. “Os trabalhos da Subcomissão de Programação e Evento foi pautado por meio de panfletos e utilização de rádios locais”, explicou o representante do CLG de Benjamin Constant, Tharciso Santiago Cruz. O professor reforçou que o motivo da deflagração da paralisação é a mesma nacionalmente. “Temos um histórico de negociação e mobilizações pela reestruturação de carreira e melhores condições de trabalho”, afirmou.



Paralisação

Greve de ocupação ainda sem previsão de acabar

A paralisação nacional dos professores das universidades públicas brasileiras, deflagrada no dia 17 de maio, continua sem previsão de acabar. Até o dia 25 de junho, mais de um mês depois do início da paralisação, nenhuma data de negociações entre docentes e o Governo Federal foi anunciada. Com isso, professores, alunos e técnicos continuam paralisados e mantendo o caráter deste ato: uma greve de ocupação nas universidades.

“Mostramos, desde o início, que estamos vivendo um momento histórico, não só pela quantidade de universidades paralisadas, mas também por ser uma greve em que estamos ocupando os espaços das instituições com atividades diárias”, disse o diretor da Adua e integrante do Comando Local de Greve (CGL), Antônio Neto.

No Amazonas, tanto os comandos de greve da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) de Manaus quanto dos campi do interior preparam, semanalmente, uma série de atividades para compor o calendário de greve. São reuniões, atos públicos, visitas às casas legislativas, divulgação na imprensa, atividades culturais, entre outras atividades. “As ações estão intensas, algumas realizadas, inclusive, nas ruas e praças públicas na tentativa

Deflagrada no dia 17 de maio, a greve dos professores não tem data para acabar diante da falta de interesse do Governo em marcar a data para negociar

me definido durante reunião extraordinária do Conselho Universitário (Consuni), realizado no dia 29 de maio, no auditório da Faculdade de Direito. A sessão teve a participação de 180 pessoas, entre elas 51 dos 61 conselheiros, professores, estudantes e técnicos administrativos.

Na ocasião, um dos pontos de destaque da reunião foi o pronunciamento do professor Edson de Oliveira, do curso de Direito, se emocionou ao reforçar seu apoio à paralisação. “A greve é um direito constitucional, legal e traz um ganho político imensurável para a universidade pública”, declarou. O diretor da Faculdade de Direito, Clínio Brandão, também afirmou ser favorável ao movimento paredista.

de sensibilizar a sociedade para apoiar o nosso ato, bem como justificar os nossos motivos da paralisação. Vamos continuar dessa forma enquanto durar a greve”, reforça o professor Antônio Neto.

Oficialmente, o calendário acadêmico está suspenso desde o dia 17 de maio, conforme

“Sei que os colegas do Direito estão resistidos, mas acho que é uma questão de tempo para eles aceitarem, pois a paralisação é um fato e é justo, a maioria que está contra sequer foi para assembleia da Adua”, disse.

Além da Ufam

Ao longo do primeiro mês de paralisação várias ações foram realizadas fora do ambiente da Ufam, nas ruas e praças públicas, com o objetivo de sensibilizar a população para os motivos da greve.

No dia 12 de junho, a entrada do Campus Universitário, à comunidade acadêmica realizou um ato público, como parte da programação do Dia de Luta pela Priorização e Valorização da Carreira Docente. A manifestação, realizada em todo o país sob o tema “Educação de Qualidade: Namore essa Ideia”, em alusão ao Dia Dos Namorados, encerrou com uma vigília. Durante a manifestação, os participantes, usando velas, formaram a sigla “S.O.S”, em referência à necessidade de socorro à educação superior pública.

No dia 19 de junho, os paredistas realizaram um ato público na Praça Heliodoro Balbi (Praça da Polícia) que reuniu cerca de 50 pessoas. s integrantes do movimento paredista fizeram panfletagem com informações sobre a greve, discursaram ao ar livre e tiraram dúvidas da população. “Vamos continuar com esse tipo de atividade. A próxima será a “Ufam na Praça”, onde vamos levar para rua atividades de extensão realizadas pela universidade, além de atividades artísticas”, disse a professora e integrante do CLG, Rosa Helena Dias da Silva. Estão programadas três edições do evento entre junho e julho, em praças públicas da cidade.

Histórico

Há sete anos, os docentes não fazem greve. Mais que a busca por melhores salários, os educadores lutam pela Reestruturação da Carreira Docente, além da melhoria na qualidade do ensino público no Brasil. Especificamente na Ufam, os professores denunciam a falta estrutura física, como laboratórios, bibliotecas, salas de aulas e até mesmo material básico de higiene. Essa situação chega a ser mais agravante nos cinco campi do interior do Estado - Itacoatiara, Coari, Humaitá, Benjamin Constant e Parintins.



Estudantes do curso de Medicina realizam

Alunos apoiam e participam da

Um dos pontos que têm chamado a atenção nesta paralisação é o amplo apoio dos próprios estudantes ao movimento paredista. O principal exemplo do descontentamento estudantil foi a passeata organizada por alunos da Faculdade de Medicina, no dia 4 de junho. Com caras pintadas, vestidos de branco e segurando faixas, cerca de 500 pessoas, entre estudantes, técnicos e professores, percorreram as principais vias da cidade, entre elas a Avenida Djalma Batista. O ato foi encerrado com um gesto simbólico: um abraço no Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) e na sede das faculdades de Medicina e Odontologia.

“Foi um momento histórico, porque o curso de Medicina é o último a entrar na greve e o primeiro a sair. Dessa vez foi diferente, sobretudo porque estamos insatisfeitos devido à falta de estrutura na faculdade como laboratórios deficientes e até falta de gaze para os atendimentos de aula prática no HUGV”, disse o diretor-executivo do centro Acadêmico de Medicina Humberto Men-



O Comando de Greve Estudantil também

A greve mantém um calendário diário de mobilizações na Ufam e nas ruas de Manaus



aram uma passeata nas ruas da cidade

m e também mobilização

donça (CAMED-HM), Raphael Batista.

Além disso, Comando de Greve Estudantil (CGE) teve a iniciativa de preparar um acampamento dos estudantes. Desde o dia 11 de junho, cerca de 30 alunos de diferentes cursos participam de um camping, com pernoite, nas redondezas da Adua, no campus universitário. Assim como os professores, os estudantes mantêm um calendário diário de atividades, como reuniões e atividades culturais, como oficina de produção de cartazes, exibição de filmes alternativos com debates, além de atos públicos ao lado dos docentes.

“Historicamente, sabemos que o movimento estudantil tem força para alcançar as mudanças que queremos. Não são apenas os professores que estão descontentes com a Ufam, nós alunos também: falta sala de aula, laboratório e, principalmente, professor. Muitas turmas sequer começaram o ano letivo porque não há docente”, disse o integrante do CGE, Ítalo Lima.



m mantém um calendário de atividades

Mobilização nas casas legislativas



Integrantes do Comando Local de Greve defenderam as reivindicações dos docentes na Câmara Municipal de Manaus e Assembleia Legislativa do AM

Entre as atividades prevista no calendário de greve estavam às visitas do CLG nas casas legislativas do Amazonas, com objetivo de conquistar o apoio dos parlamentares da capital na defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada. No dia 30 de maio, integrantes do movimento paredista participaram da “Tribuna Popular”, na Câmara Municipal de Manaus (CMM) e, no dia 31, repetiram a ação no plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam).

O professor Alcimar Oliveira representou os docentes realizando um pronunciamento na tribuna da CMM durante oito minutos. “Os motivos da greve despertaram muita indignação dos vereadores, quando ressaltéi, por exemplo, que o vencimento básico de um professor graduado e com carga horária de 20 horas é inferior ao salário mínimo brasileiro, ficando em R\$ 557,51”, contou.

No dia 11 de junho, professores, técnicos administrativos em educação e estudantes da Ufam ocuparam, literalmente, o lugar dos parlamentares da CMM, durante a audiência pública sobre a greve dos docentes das universidades públicas. Nenhum dos 38 vereadores participou da sessão, nem mesmo aqueles que integram a Comissão de Educação da casa legislativa, com exceção do vereador Waldemir José (PT), proponente do debate. “A nossa intenção é repercutir na Câmara Municipal um grito que se faz ouvir muito forte nas universidades federais, em particular na Ufam: a defesa da educação pública superior e de qualidade”, disse Waldemir, ressaltando que, além dos vereadores, convidou parlamentares amazonenses que representam a unidade federativa no Congresso Nacional.

Visitas

Parlamentares também atenderam ao convite do CLG e realizaram visitas à sede

da Adua, no Campus Universitário. A última ocorreu no dia 25 de junho com a senadora Vanessa Grazziotin. Integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Autonomia das Universidades Públicas no Brasil e suplente da Comissão de Educação, ambos do Senado, Vanessa Grazziotin prometeu fazer um pronunciamento no plenário da casa para levantar o debate sobre greve nacional dos professores. “Me comprometo com esse pronunciamento público no plenário do Senado”, declarou.

Além da senadora, declararam apoio à greve o deputado federal Francisco Praciano (PT) e os deputados estaduais Marcelo Ramos (PSB), José Ricardo Wendling (PT), Waldemir José (PT) e Luiz Castro (PPS).

Reivindicações

A principal bandeira de luta dos professores federais é a reestruturação da carreira docente, aprovada durante o 29º Congresso do Sindicato Nacional e protocolada junto aos órgãos do governo desde fevereiro de 2010. A proposta está prevista também no acordo firmado em 2011 que ainda não foi cumprido pelo governo federal. “A presidente Dilma Rousseff aprovou o reajuste de 4%, mas este valor sequer compensa as perdas que tivemos com esses últimos anos de inflação”, ressaltou o 2º tesoureiro da Associação dos Docentes da Ufam (Adua), professor Luiz Fábio Paiva.

A categoria reivindica carreira única com incorporação das gratificações em 13 níveis remuneratórios, variação de 5% entre níveis a partir do piso para regime de 20 horas correspondente ao salário mínimo do Dieese (atualmente calculado em R\$ 2.329,35), e percentuais de acréscimo relativos à titulação e ao regime de trabalho. Hoje, o vencimento básico de um professor federal é de R\$ 557,51, para uma jornada de 20 horas semanais.

Além disso, os professores lutam por melhores condições de trabalho, infraestrutura adequada na universidade e ainda a aplicação imediata de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) na educação pública.



Artigo

Educação pela greve

Isaac Lewis*

Sabemos que a greve é uma ação realizada pelos trabalhadores, visando reivindicar melhores condições salariais, melhores condições de trabalho e, por fim, melhores condições de vida, quando os empregadores (públicos ou privados) recusam-se a ouvir, a dialogar, a discutir as reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. É também uma ação política, pois questiona direta ou indiretamente a política trabalhista implementada pelas autoridades governamentais e jurídicas do país, além de propor medidas para corrigir as distorções e/ou as irregularidades que inviabilizam serviços de qualidade à maioria da população que depende das empresas ou das instituições governamentais que oferecem os referidos serviços. É também uma ação pedagógica, pois antes da greve e durante a greve, os trabalhadores têm oportunidade de discutirem seus problemas ou de promover debates sobre os seus problemas.

Desde o dia 17 de maio, os professores das instituições federais de ensino decidiram paralisar suas atividades após infrutíferas tentativas de diálogo com as autoridades do Ministério da Educação e do Governo Federal para tratar dos problemas que afligem a categoria docente há vários anos: reestruturação da carreira docente, incorporação das gratificações, melhoria de suas condições salariais, melhoria das condições de trabalho, entre outros.

Desde a ditadura militar (1964-1982), os governos federal, estaduais e municipais vêm implementando uma política educacional que expande continuamente educação ruim nos três níveis de ensino, através da precarização da carreira docente, investimentos na privatização da educação através de bolsas aos estudantes para pagamentos das mensalidades em escolas, faculdades e universidades particulares, transferência de recursos públicos para criação e expansão de escolas, faculdades e universidades particulares, recusa sistemática em investir financeiramente para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas e universidades públicas (contratação de professores e de técnicos administrativos, melhoria das condições de trabalho dos servidores, reestruturação de suas carreiras etc), propostas didático-pedagógicas que propositadamente não levam os educandos a aprendizagem séria e aprofundada dos conteúdos das disciplinas que lhes são oferecidas – prêmios para os professores que aprovam maior número de alunos, olimpíadas escolares para que os educandos possam ganhar medalhas e troféus, focalização no ensino instrumental para que os educandos possam se ade-



quar aos interesses do mercado, ensino de assuntos (teologia, trânsito, moda, culinária etc) que desviam os educandos de se dedicarem aos conteúdos propedêuticos que os levem ao conhecimento científico das realidades natural e social.

Como ação pedagógica da greve, a ADUA – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas, Seção Sindical do ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, convidou a Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fattorelli, para

palestrar, no dia 17 de maio, sobre “Orçamento público e necessidade de auditoria da Dívida Pública para garantir recursos para áreas sociais”. Na ocasião, a palestrante demonstrou claramente que a dívida pública do estado brasileiro beneficia contínua e diretamente os grandes empreendedores do Sistema Financeiro (empresas e bancos) e prejudica cada cidadão brasileiro que é obrigado a pagar tal dívida, a qual inviabiliza investimentos da nação nas áreas públicas da saúde, educação, previdência, segurança, infraestrutura e explica também a preca-

riedade desses serviços, os salários baixos recebidos pelos trabalhadores brasileiros, a alta carga tributária paga por cada cidadão brasileiro e as suas péssimas condições de trabalho e de vida. Ao final, a palestrante convidou os professores, estudantes, técnicos administrativos presentes a participarem ativamente das atividades da Auditoria Cidadã da Dívida Pública.

Mais uma vez, precisamos ressaltar que a greve dos docentes das IFES não se resume somente na reivindicação de melhoria de salários, mas também reivindica dos poderes constituídos da nação brasileira que abandonem, de vez, os projetos quantitativistas (expansão de número de diplomas, de alunos, de escolas, faculdades e universidades que oferecem generosamente diplomas e certificados) e os estímulos pavlovianos (oferta de prêmios, computadores, tablets, celulares aos alunos) e assumam compromissos com a melhoria das condições de trabalho dos docentes nas instituições federais de ensino e com a implementação de uma projeto de ensino de qualidade referenciada nessas instituições que levem os futuros profissionais a entenderem sua realidade histórica, social e natural a fim de contribuir efetivamente para a melhoria das condições de trabalho e de vida da população brasileira.

Professor aposentado da FACED/UFAM e ex-presidente da ADUA.

Entrevista: **Maria Lúcia Fattorelli**

“O problema é que não se admite que o Brasil está em crise”

Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, a doutora Maria Lúcia Fattorelli abriu as atividades do calendário de greve dos docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no primeiro dia de paralisação – no dia 17 de maio, com a palestra “Salário, Previdência e Carreira Docente”. No currículo, consta ainda a participação de Fattorelli como membro da Comissão de

Auditoria Integral da Dívida Externa Equatoriana - CAIC – Subcomissão de Dívida Externa com Bancos Privados Internacionais (2007-2008); assessora Técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais em Brasília (2009-2010) e auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil de 1982 a 2010. Especialista (MBA) em Administração Tri-

butária pela FGV-EAESP (2009), graduada em Ciências Contábeis pela Fundação Educacional Machado Sobrinho (1986) e em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978). Maria Lúcia Fattorelli apresentou um panorama da atual situação orçamentária do País, contextualizando com a recente crise econômica na Europa, como ela relata ao Jornal da Adua.

Qual é a atual situação orçamentária do Brasil?

Nós somos o 6º maior PIB (Produto Interno Bruto) do mundo, ou seja, somos um País rico. O problema está na divisão orçamentária, como mostra o gráfico (abaixo). Veja: 45% dos recursos do orçamento geral da União de 2011 foram destinados ao pagamento de juros e amortização da dívida pública, ou seja, a maior parte do dinheiro não teve investimento, foi apenas para amenizar e não quitar as dívidas. O resto dos recursos é subdividido para setores essenciais como saúde, que tem 4%, habitação que tem 0% e, claro, educação, que não chega nem a 3% do orçamento, é apenas 2,99%. Como que um país que investe isso em projetos educacionais quer crescer? Nós sabemos que toda a sociedade se constrói se respeitar uma série de profissionais, principalmente, os professores. É preciso investir na formação do cidadão e na mão de obra, ou seja, na educação. Isso significa valorizar os professores de todos os níveis, desde da educação básica e não chegar a esse cúmulo que está: os professores têm que fazer greve para conseguir negociar melhores condições de trabalho e remuneração. Só com remuneração vamos desenvolver o País.

Então o “gargalo” do orçamento continua sendo a dívida pública? Ela não estava sanada?

Em primeiro lugar, precisamos entender que dívida é essa. Depois que o (ex-presidente) Lula anunciou que pagou a dívida pro FMI, muitos brasileiros acreditam que a dívida cessou. Isso não é exatamente assim. Na verdade, houve uma mudança na roupagem desse endividamento externo que passou a ser uma dívida interna. Temos uma dívida que já ultrapassam R\$ 3 trilhões. O problema é que não se ad-

mite que o Brasil esta em crise. Esse é o primeiro passo para que as coisas possam começar a mudar.

Como deixamos de ter uma dívida externa para ter uma interna? O que aconteceu para essa mudança?

Essa dívida é um resultado de um mecanismo meramente financeiro. Nesse aspecto essa crise na Europa ajudou muito a entender esse processo. Está cada vez mais claro que o problema não é uma questão do “terceiro mundo”. Antes, diziam que “gargalo” dos países latinoamericanos era a corrupção, a má distribuição de renda ou falta de competência para administrar. Se fosse por isso, a Espanha não “quebraria”, não estaria devendo 400% do PIB. Como a Espanha chegou a essa dívida? É o que chamamos de “sistema da dívida”, o mecanismo desse endividamento. Há todo um aparato legal – estrutura, atos, política, leis, etc. – que sustentam esse mecanismo. Toda a socie-

dade é comandada pelo setor financeiro. Saímos das mãos do FMI e estamos nas mãos dos bancos, com cada vez mais juros e dívidas. Na América Latina, cada vez mais se extrai da sociedade, de todos os lados, e não se investe. Só se tira, não se repõe, não se investe.

Como funciona o “sistema da dívida”?

É o mecanismo do endividamento, que o mundo inteiro está passando. Estamos nas mãos dos bancos. Eles estão sempre lucrando. Mais taxas, mais juros, mais dívidas. E quando eles “quebram” o que acontece? O governo vai lá e “salva” os bancos com o nosso dinheiro. Os bancos não têm prejuízos, estão sempre lucrando. Esse mecanismo é mundial, não apenas no Brasil, por isso a Europa está em crise. Os países latinoamericanos, por sua vez, não dão conta de sustentar esse sistema, recorrem a pedir empréstimos, se endividam, prejudicam seus orçamentos, e assim mantém esse ciclo.

Há a campanha “10% do PIB para educação”. Com a atual situação orçamentária do país, é possível esse percentual se tornar realidade?

Os recursos existem para isso, a questão é que eles estão indo prioritariamente para a dívida pública e, o pior: não vai para quitar a dívida, mas sim para pagar apenas os juros. O Brasil tem praticado historicamente as maiores taxas de juros do mundo. Não são assim simplesmente taxas um pouco maiores comparada a outros países. Em outras nações as taxas são quase nulas. Em tempos de crise, como agora, elas chegam a 6% ao ano. Veja, vou reforçar: 6% ao ano em momentos de crise. Enquanto isso no Brasil estamos comemorando que a taxa Selic caiu para 9% - e na página do Tesouro a gente vê que essa taxa se torna 11% quando é visto como título. Imagine transformar todos esses juros em recursos para educação? Menos juros, e mais recursos para educação. Tem como? Tem sim. Somos um País que tem riqueza suficiente, o problema é que está concentrada

nas mãos da minoria e é enviada para o exterior. O brasileiro se acostumou com a carência, a prova disso é a ilusão da nova classe C. Não houve reajuste salarial, não houve ascensão profissional. Só porque se tem uma “bolsa qualquer”, ou seja, um Bolsa Família, por exemplo, se acha que a vida melhorou. Não é assim. Precisamos mudar.

Qual a sua avaliação sobre as mudanças na Previdência Social, com estímulo para a utilização da Previdência Privada?

A Previdência Social ainda é uma área que recebe uma quantidade razoável de recursos orçamentários. A Constituição vincula o tripé previdência, assistência e saúde em um mesmo orçamento que consegue recursos por meio do imposto chamado Cofins. Tudo, exatamente tudo que temos ou fazemos tem porcentagem para a Cofins: o sabonete, a passagem de ônibus, a roupa, o calçado, o sanduíche...tudo. O trabalhador tem descontando direto na folha o percentual da previdência. As empresas pagam a previdência conforme o seu faturamento. Então, por que mudar? Porque os bancos querem lucrar em cima dessa fatia. Se a previdência privada funcionar, as pessoas vão pagar os bancos para realizar essa seguridade na velhice. E haja juros aí. Isso reforça o sistema de endividamento.

Há solução para sair desse “ciclo de endividamento” no caso do Brasil?

Antes de mais nada precisamos uma auditoria profunda para entender cada “gargalo” do nosso orçamento. Precisamos mostrar que temos recursos, mas que eles não estão sendo bem direcionados. E isso não é assunto para especialista. A auditoria cidadã está querendo mostrar para a sociedade que é possível entender esse mecanismo e que podemos formar uma massa crítica para começar a cobrar mudanças nesse sistema. O Brasil precisa de uma contrapartida: de onde vêm os recursos que entram no País? Precisamos comprovar o ingresso desses recursos para entender esse mecanismo e buscar novas soluções.



CARTA ABERTA À SOCIEDADE AMAZONENSE

Depois de sete anos, voltamos à greve!

As universidades federais são conhecidas e disputadas por estudantes que querem uma formação pública, gratuita e de alta qualidade no ensino, na pesquisa e em atividades de serviço à sociedade (o que chamamos de extensão).

Para garantir a qualidade da educação superior pública, é necessário que o espaço universitário ofereça uma boa infraestrutura: salas de aula com quantidade adequada de alunos, professores bem selecionados, laboratórios e bibliotecas atualizados, refeitórios decentes, moradia para estudantes de outras cidades, acesso à internet, núcleos de pesquisa e atividades de extensão, aumento de vagas nos cursos de graduação, e mais cursos de mestrado e doutorado.

O Governo Federal alardeia o aumento do número de alunos, mas não diz que estes ficam sem aulas por falta de professores ou em salas lotadas, sem atendimento adequado, sobrecarregando os poucos professores, provocando doenças e aposentadorias precoces. O Governo não diz que há turmas que passam metade do semestre sem professor - quando não perdem o semestre inteiro, sendo obrigadas a fazer cursos de férias. Não diz que contrata professores temporários também sobrecarregados de atividades, que se desdobram dando aula em várias outras localidades. Não diz que as bibliotecas estão defasadas, que os laboratórios estão se deteriorando, que muitos professores não têm lugar adequado de trabalho.

Como se isso não bastasse, ano passado, esse mesmo Governo firmou um acordo emergencial com o ANDES, o sindicato dos professores das universidades. Tínhamos a garantia da incorporação de gratificações ao nosso vencimento básico, de um aumento de 4%, da criação de um grupo para discutir a reestruturação da nossa carreira e de medidas para a melhoria das condições de trabalho. Mas o Governo vem trapaceando. Sua última manobra foi transformar uma parte do acordo em medida provisória sem nenhum ganho real para os professores.

Nessas condições, nós, professores, os estudantes e a sociedade brasileira inteira estamos sendo CONTINUA-

MENTE prejudicados e enganados. A causa real desses prejuízos não é a greve que nós, professores das universidades públicas do Brasil inteiro, estamos fazendo por tempo indeterminado, até o governo negociar a sério conosco. É a nossa resistência que tem mantido a universidade pública. Caso contrário, ela já estaria totalmente escravizada pelos interesses de poderosos grupos financeiros. Estamos reivindicando carreira única com incorporação das gratificações ao vencimento básico; valorização do piso salarial dos professores a partir do salário do Dieese; condições dignas de trabalho;

Quanto custa o avanço tecnológico e social que uma boa universidade pode produzir para um país? Esse valor é inestimável. A melhoria da educação, da atuação de qualquer bom profissional e da vida da sociedade brasileira passa por esse investimento. Somente professores dedicados a uma carreira de longa duração, com pesquisas e serviços à sociedade, podem assegurar a

formação dos melhores profissionais para o desenvolvimento do Brasil.

O Governo humilha os professores das universidades federais com as condições e as remunerações oferecidas, e desqualifica a importância do nosso trabalho para a sociedade brasileira.

A greve, nosso último recurso, é um instrumento legítimo de reivindicação e pressão em prol de uma luta justa e necessária. Queremos continuar formando bons profissionais, produzindo conhecimento e tecnologia, e atendendo às demandas sociais, em condições dignas de trabalho. Que a universidade brasileira seja tão grande quanto ela deve ser.

Nossos direitos cabem no papel. Em nossas mãos cabe a conquista.

COMANDO LOCAL DE GREVE

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 02/04/2012 a 30/04/2012

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 02/04/2012 A 30/04/2012				
		MÊS ANT.	MÊS ATUAL	% MÊS AT.
1	INGRESSOS	44.622,39	44.677,42	100,00%
1.1	RECEITAS	44.622,39	44.677,42	100,00%
1.1.1	Contribuição dos Associados	43.739,00	43.943,00	98,36%
1.1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	827,39	702,62	1,57%
1.1.3	Receitas com Reprografia	56,00	31,80	0,07%
2	SAÍDAS	33.091,90	55.418,47	100,00%
2.1	PESSOAL	8.859,24	11.891,58	21,46%
2.1.1	Salários	7.184,24	6.073,59	10,96%
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.675,00	1.172,50	2,12%
2.1.3	Férias/Adiantamento Salarial-Erison	-	4.645,49	8,38%
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	3.240,40	3.551,07	6,41%
2.2.1	Contribuição INSS	2.515,17	2.515,17	4,54%
2.2.2	Contribuição FGTS	644,65	644,65	1,16%
2.2.3	PIS Folha de Pagamento	80,58	80,58	0,15%
2.2.4	IRRF s/Férias	-	42,07	0,08%
2.2.5	Contribuição Sindical	-	268,60	0,48%
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.930,00	4.402,00	7,94%
2.3.1	Serviços de Diagramação de Material Impresso	800,00	800,00	1,44%
2.3.2	Serviços de Distribuição de Jornais	-	180,00	0,32%
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00	1.500,00	2,71%
2.3.4	Serviços de Manutenção Hidráulica	80,00	140,00	0,25%
2.3.5	Serviços de Limpeza/Manutenção	550,00	600,00	1,08%
2.3.6	Serviços de Eleições	-	737,00	1,33%
2.3.7	Serviços de Assistência Médica/Exame	-	25,00	0,05%
2.3.8	Serviços de Eventos	-	200,00	0,36%
2.3.9	Serviços de Manutenção de Equip.Informatica	-	220,00	0,40%
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	1.844,00	6.704,00	12,10%
2.4.1	Serviços de Confecção de Faixas	600,00	1.340,00	2,42%
2.4.2	Serviços Graficos	-	4.120,00	7,43%
2.4.3	Serviços Contábeis	1.244,00	1.244,00	2,24%
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	10.279,76	10.412,58	18,79%
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	8.678,30	8.747,70	15,78%
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	213,50	215,25	0,39%
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	347,13	399,91	0,72%
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	1.040,83	1.049,72	1,89%
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGENS	2.888,37	13.359,57	24,11%
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	1.568,37	11.319,57	20,43%
2.6.2	Diárias (Trnsportes/Alimentação)	1.320,00	2.040,00	3,68%
2.8	BENS DE CONSUMO	2.495,37	4.518,91	8,16%
2.8.1	Telefone	376,71	359,85	0,65%
2.8.2	Correios/Malotes	-	846,85	1,53%
2.8.3	Combustível	225,00	310,00	0,56%
2.8.4	Cartuchos e Toner de Tinta	418,00	-	0,00%
2.8.5	Taxi, Fretes e Onibus	30,00	227,00	0,41%
2.8.6	Materiais Hidraulicos	70,40	-	0,00%
2.8.7	Assinatura de Jornais/Revistas	180,00	-	0,00%
2.8.8	Refeições e Lanches	150,27	94,91	0,17%
2.8.9	Material de Expediente/Limpeza	693,47	381,96	0,69%
2.8.10	Assinatura Provedor/Internet	351,52	408,34	0,74%
2.8.11	Despesas de Congresso	-	1.890,00	3,41%
2.9	RESTITUIÇÕES DE CONTRIB.ASSOCIADOS DESLIGADOS	510,00	510,00	0,92%
2.9.1	Restituições n/mês	510,00	510,00	0,92%
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	44,76	68,76	0,12%
2.10.1	Despesas Bancarias/Juros e Multa	44,76	68,76	0,12%
QUADRO RESUMO				
SALDO ANTERIOR		7.184,90	18.715,39	
RECEITAS		44.622,39	44.677,42	
DESPESAS		(33.091,90)	(55.418,47)	
RESULTADO OPERACIONAL		18.715,39	7.974,34	
Banco do Brasil S/A C/C		16.334,39	4.945,37	
Aplicação Banco do Brasil		134.253,68	134.956,30	
CAIXA		111,54	56,89	
SALDO ATUAL DISPONIVEL		150.699,61	139.958,56	

espaço cultural

Os docentes da Ufam irão realizar no próximo dia 6 de julho a 2ª edição do “Ufam na Praça”, na praça Heliodoro Balbi, no Centro de Manaus. Aberta ao público, a programação reúne palestras, oficinas, exposições, exibição de filmes, atrações musicais e serviços de saúde para a população. O evento visa aproximar a universidade da sociedade e fortalecer o movimento paredista em defesa da educação pública de qualidade, segundo o coordenador do CLG Antônio Neto. “A greve cresceu e hoje atinge todo o setor de educação federal. A força do movimento está no apoio declarado dos diversos segmentos, revelando que a sociedade não é indiferente à precariedade imposta à educação no país”. A 1ª edição ocorreu no dia 29 de junho, no Largo Mestre Chico, na zona Sul.

Paralisação

Manifestações artísticas integraram calendário

Exibição de vídeos, “barzinhos” e saraus foram algumas atividades artísticas realizadas durante a greve dos professores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Desde o início da paralisação, no dia 17 de maio, manifestações culturais foram agregadas ao calendário oficial da greve. No cronograma de atividades, inclui-se ainda a programação do “Cinema pela Verdade”, projeto coordenado pelo Instituto Cultura em Movimento.

Na semana de 21 a 26 de maio, foi realizada, na sede da Adua, a exibição do filme “Trabalho Interno” comentado pelo professor Marcelo Seráfico. Na manhã do mesmo dia, a Rádio Candiru coordenou a exibição do documentário “Coronelismo Midiático”.

A incorporação do projeto “Cinema pela Verdade” ao calendário oficial da paralisação dos docentes ocorreu na semana seguinte. Três filmes foram exibidos durante a semana de 28 de maio a 2 de junho. “Cidadão Boilesen”, “Hercules 56” e “Condor” foram veiculados e debatidos no auditório Rio Negro, localizado no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Ao final das exibições, temas relacionados aos vídeos foram discutidos por uma mesa composta por professores da Ufam e convidados.

No evento foram debatidos os temas “A Participação do Empresariado na Ditadura Militar”, “Focos de Resistência aos Militares na Ditadura” e “Reflexos da Ditadura Militar na Vida Social”. Entre os participantes convidados do evento



Foto: Anderson Vasconcelos

Uma das atividades culturais é o Barzinho da Greve, realizado toda a semana, no horário noturno, com o objetivo de descontrari os participantes

estavam o jornalista e poeta Aldísio Filgueiras; o historiador Aloysio Nogueira de Melo; o escritor e dramaturgo Márcio Souza; o cineasta e diretor Roberto Mader e o filósofo, teólogo e integrante da Casa da Cultura do Urubuí, Egydio Schwade.

Segundo o coordenador do projeto Cine Vídeo Tarumã, parceiro do evento, Tom Zé Vale, a atividade ocorreu de 15 de maio a 15 de junho, paralelamente, em todas as universidades do País. A ação foi coordenada pelo Instituto Cultura em Movimento, que tenta esclarecer fatos da época da Ditadura

Militar. “Devido a esse perfil, a atividade foi incorporada ao calendário do movimento grevista, enriquecido com a realização de debates a partir de mesas compostas por professores da Ufam e convidados”, explicou Vale, que é também é professor do Curso de Comunicação Social. Na mesma semana foi realizada ainda o Sarau de Poesia no hall do ICHL.

Em todas as sextas-feiras, a partir das 18h, os docentes realizaram o “Barzinho da Greve”, atividade de lazer e descontração com música e bate-papo.

Vale a pena ler



Ana Lucia Santana

Livro: A sombra do vento
Autora: Carlos Ruiz Zafón
Editora: Objetiva
Nº de páginas: 341
Valor: R\$ 31,90

Carlos Ruiz Zafón é uma revelação na literatura espanhola contemporânea. Seu primeiro livro, A Sombra do Vento, tornou-se logo um sucesso de crítica e de público. Nesta obra situada no período pós-Guerra Civil Espanhola, em 1945, que coincide também com o fim da sangrenta Segunda Guerra Mundial, o autor apresenta uma Barcelona ainda devastada pelas feridas que se recusam a cicatrizar.

Na cidade marcada por um confronto e um governo totalitário sobre o qual todos se

recusam a falar, um garoto de 10 anos, chamado Daniel Sempere, inicia precoce transição para a maturidade ao ser conduzido por seu pai ao Cemitério dos Livros Esquecidos.

Órfão de mãe, inconformado com sua partida e incapaz de recordar seu semblante, o menino é presenteado pelo pai com a iniciação em um universo desconhecido, uma biblioteca secreta na qual repousam obras esquecidas pelos leitores, à espreita do momento oportuno para despertarem novamente. Seguindo um ritual antigo, o pai o incentiva a escolher em meio ao labirinto infinito de livros, um que ele deseje adotar e cuidar para o resto da vida.

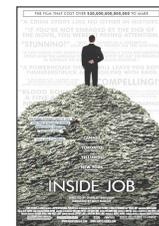
Daniel opta por uma obra que transformará sua vida e a dos personagens que o cercam, o romance A Sombra do Vento, do desconhecido autor espanhol de origem

francesa, Julián Carax. O garoto devora o livro e fica obcecado por seu misterioso criador e pela origem da publicação fascinante, passando a percorrer uma jornada arriscada que pode custar sua própria vida, ou a de seus companheiros.

As descobertas de Daniel remetem o leitor a outra história, a um enredo dentro de outro, mas não demora para que ambos se entrelacem e componham uma única trama, surpreendendo a cada momento os que se aventuram pelas páginas desta obra incommum, repleta de misticismo, mortes, amores intensos e desesperados.

Ana Santana é coordenadora do núcleo interdisciplinar de estudos sobre o terceiro setor da Universidade Federal do Paraná.

Vale a pena ver



Marcelo Seráfico

Filme: Trabalho Interno
Estados Unidos, 2010.
Documentário, 108 min.
Direção: Charles Ferguson

Quais as causas da crise que tomou o mundo em 2008? Talvez se possa dizer ser essa a pergunta norteadora do importante documentário produzido e dirigido por Charles Ferguson. E o título (Trabalho Interno) já anuncia a resposta encontrada: a causa foi uma série de decisões tomadas em instâncias governamentais nos quatro cantos do planeta destinadas a atender interesses privados. No cerne dessas medidas estava a desregulamentação da economia e, particularmente, da atividade financeira.

Desregulamentar significa reduzir controles. E reduzir controles sobre as movimentações financeiras significou abrir uma larga fronteira de expansão para agências de rating, bancos e empresas manipularem informações, moedas, derivativos e títulos públicos em escala global.

O resultado desse conluio, no qual se envolveram e envolvem professores de afamadas universidades – outras nem tanto –, tecnocratas, políticos e meliantes de vários naipes foi a liquidação de um país, como a Islândia, e o afogamento da economia mundial em uma crise só comparável à de 1929.

Houve quem lançasse mão de metáforas para falar da crise. Uns disseram tratar-se de uma Tsunami, a onda gigante que, forjada por movimentos tectônicos irradiados a partir dos oceanos, rebenta sobre cidades costeiras, liquidando vidas e histórias, gentes e o produto de seu trabalho. Outros, de honestidade política duvidosa, buscaram ludibriar seus concidadãos com a ideia de que ao invés de uma Tsunami vislumbrava-se no oceano da economia desregulada a formação de uma marola, uma ondinha.

Marcelo Seráfico é coordenador do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

internacional

O ministro de Economia espanhol, Luis de Guindos, enviou no dia 22 de junho ao presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, a carta na qual solicita “assistência financeira” para as entidades com necessidades de capital. O governo espanhol completa assim o trâmite estabelecido para ter acesso à linha de crédito que o Eurogrupo pôs à disposição dos bancos espanhóis no dia 9 de junho, no valor de até 1€ 100 bilhões. Segundo os resultados dos testes de resistência realizados pelas consultoras Roland Berger e Oliver Wyman, os bancos espanhóis precisam de entre € 51 bilhões e € 62 bilhões para enfrentar, até 2014, um hipotético cenário econômico muito adverso. A carta enviada por De Guindos contém formalmente o pedido de ajuda, mas não dá detalhes sobre as condições do crédito - que deverão ser negociadas com o Eurogrupo - nem o valor que será solicitado. Este montante dependerá dos estudos encarregados a firmas independentes e que serão finalizados em setembro.

Disputa

Grécia: o lado mais sinistro da crise

Por Flávio Aguiar

Reprodução

A bandeira da expulsão violenta de imigrantes doentes dos hospitais (além das crianças “estrangeiras” das creches), defendida pela extrema-direita grega, casou com um momento em que faltam merendas nas escolas e material médico, além de pessoal, nos hospitais públicos superlotados.

Em conversas por aqui tenho sugerido que a crise e sua administração “austera”, destruindo direitos e sonhos, está desencavando fantasmas sinistros pela Europa: refiro-me a teses e práticas soturnas da extrema-direita que podem levar a convulsões dramáticas em vários países, como já houve no passado.

Várias pessoas recebem esse comentário com ceticismo, talvez acreditando que eu seja um caçador de pesadelos. Mas as coisas são o que são, e só não vê quem não quer.

Na terça-feira, 12 de junho, às vésperas das decisivas eleições gregas (17 de junho, coincidindo com o segundo turno da francesa), um dos líderes do movimento/partido “Aurora Dourada”, de extrema-direita, veio em meu socorro. Ilias Panagiotaro, o líder em questão, disse que se o seu partido (que em 6 de maio obteve 21 cadeiras no parlamento grego, entre 300) vencesse as eleições no próximo domingo, imediatamente seus partidários começariam a percorrer hospitais e creches na Grécia para “jogar na rua” doentes e filhos de imigrantes, a fim de que os gregos pudessem ocupar essas vagas. A ameaça lembra coisas como a chamada “Noite dos Cristais” na Alemanha, quando os nazistas depredaram lojas de judeus e sinagogas.

Os membros do “Aurora Dourada” vem protagonizando cenas e mais cenas de violência. Na última delas (antes das declarações de Panagiotaro), o deputado Ilias Karadiaris agrediu fisicamente duas mulheres durante um debate televisionado – e na frente das câmeras. Primeiro ele jogou um copo d’água numa das debatedoras. Na sequência a também deputada Liana Kanelli, do Partido Comunista, que estava ao seu lado, tentou detê-lo, e ele deu três tapas em sua cabeça. Karadiaris foi contido pelo pessoal da emissora e fechado numa sala, enquanto a polícia era chamada. No entanto ele arrombou a porta e se evadiu, estando agora foragido.

A bandeira da expulsão violenta de imi-



grantes doentes dos hospitais (além das crianças “estrangeiras” das creches) casou com um momento em que falta merendas nas escolas gregas e material médico, além de pessoal, nos hospitais públicos superlo-

“Fala-se agora – e não apenas na extrema-direita – em votar uma lei cassando o direito dos filhos de imigrantes nascidos na Grécia serem considerados cidadãos do país.”

tados. O Reveka Papadopoulos, diretor da organização Médecins sans Frontières, na Grécia, declarou recentemente que o corte da distribuição gratuita de seringas e agulhas para drogados provocou um aumento dramático do número de casos de HIV positivo em Atenas. Segundo o doutor, hoje se pode avaliar um aumento de 1.450% nos casos em Atenas, referindo-se ao aumento de casos entre 2010 e 2011. Para a população

em geral o aumento foi de 52%, o que equivale a dizer que esse número total deve ter aumentado de cerca de 8.800 casos no país para mais de 12 mil.

Dados da organização dizem que a demanda nos hospitais públicos aumentou em 24% no último ano, enquanto as verbas disponíveis caíram em mais de 40%. Além disso, a polícia tem realizado blitzes sucessivas contra imigrantes, com seguidas denúncias por parte da Anistia Internacional de atitudes discriminatórias e persecutórias.

Fala-se agora – e não apenas na extrema-direita – em votar uma lei cassando o direito dos filhos de imigrantes nascidos na Grécia serem considerados cidadãos do país.

O Papadopoulos também assinalou que cresce o número de casos de malária entre a população, sobretudo no sul do país,

além dos casos de tuberculose e febre do Nilo (um tipo de encefalite virótica que pode atacar o sistema nervoso central). Comentou ainda que o fim do fornecimento de agulhas e seringas aos drogados vai além da questão da falta de recursos, revelando uma “conceituação inadequada do problema”. Como exemplo dessa visão equivocada ele citou ainda a iniciativa de não propiciar tratamento médico a imigrantes ilegais, o que considerou uma “atitude esquizofrênica”.

Para completar esse quadro sinistro, grupos de direitos humanos e partidos de esquerda acusam membros da polícia de cumplicidade com o “Aurora Dourada”.

Acho que alguns de meus interlocutores terão de repensar a sua indiferença.

Flávio Aguiar é correspondente internacional da Carta Maior em Berlim. (publicado no site no Correio do Brasil, em 13.06.2012)